

**“Até quando o Brasil será Brasil?”: as relações entre brasileiros e germânicos em Florianópolis  
(1910-1920)**

**“Until when will Brazil be Brazil?”: relations between Brazilians and Germans in  
Florianópolis (1910-1920)**

Luan Daniel Sehn<sup>1</sup>

**Resumo:** O contexto da Primeira República brasileira foi rico em projetos políticos, que deram origem a conflitos étnicos na reconstrução do que era “ser brasileiro”, cujo enfoque recai nas disputas entre luso-brasileiros e germânicos no sul do Brasil. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em problematizar as relações entre teuto e luso-brasileiros em Florianópolis por intermédio de fontes periódicas e análise de discursos, no período de 1910 a 1920, com uso da Nova História Política, para compreender os pontos de convergências e divergências entre os dois grupos étnicos. Os descendentes de portugueses e alemães no Brasil estabeleciam relações interétnicas, que buscavam definir o que entendiam por “identidade brasileira”. As críticas dos brasileiros ao suposto “perigo alemão” no Brasil eram entremeadas por tons elogiosos quando destacavam a força laboral dos germânicos, considerado por alguns como o motivo para o desenvolvimento acentuado no sul do país.

**Palavras-chaves:** Brasileiros; Germânicos; Perigo alemão; Germanofobia.

**Abstract:** The First Republic of Brazil was rich in political projects, which gave rise to ethnic conflicts in the reconstruction of what supposed “to be Brazilian”, whose focus falls on the disputes between Luso-Brazilians and Germans in southern Brazil. Thus, the objective of this work is to problematize the relations between Germans and Portuguese-Brazilians in Florianópolis through periodical sources and discourse analysis, in the period from 1910 to 1920, using the New Political History, to understand the points of convergence and differences between the two ethnic groups. The descendants of Portuguese and Germans established intercultural relations that wanted to define what was the meaning of “Brazilian identity”. The criticisms by Brazilians of the supposed “German danger” in Brazil were interspersed with complimentary tones when they highlighted the labor force of the “Germans”, considered by some to be the reason for the marked development in the south of the country.

**Keywords:** Brazilians; Germans; German Danger; Germanophobia.

---

<sup>1</sup> Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021

A Primeira República brasileira (1889-1930) foi um período marcado por uma série de conflitos, que envolveram vários personagens e classes sociais diferentes em um contexto que o Brasil ainda criava e recriava as suas identidades. Os debates sobre a “(re)construção da nação brasileira”<sup>2</sup> ocorriam desde o século XIX e se alastraram até o início da República, opondo descendentes de alemães a luso-brasileiros, ao mesmo tempo que ambos os grupos criavam definições sobre si mesmos. Muitos desses conflitos reverberaram pelo país inteiro como na criação de ligas nacionalistas, a exemplo da Liga de Defesa Nacional, “fundada pelo poeta parnasiano Olavo Bilac no Rio de Janeiro em 1916” e a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP)<sup>3</sup>. Essas associações tinham como objetivo reafirmar uma identidade brasileira com base em preceitos definidos por grupos de luso-brasileiros, através de manuais de “instrução cívica”, que difundiam que “a passagem pelo exército era a melhor escola de moral e civismo”<sup>4</sup>, o que sinalizava, por parte do grupo, a necessidade de *nacionalizar* o Brasil.

Na região sul do Brasil, a imigração no período da Primeira República era majoritariamente de italianos e alemães. Esse “grande contingente de colonos germânicos” fez com que existissem “vários órgãos simpáticos à causa alemã”<sup>5</sup> e outros mais críticos a essa onda de imigrantes, presentes no país desde o século XIX, inclusive alguns afirmavam uma “desnacionalização” do Brasil cometida por esses colonos. Os jornais em língua portuguesa que possuíam um tom elogioso em relação aos alemães e seus descendentes eram, muitas vezes, formulados por redatores descendentes de portugueses, que “exaltavam as virtudes do imigrante e colono germânico”<sup>6</sup>. Esses periódicos costumavam destacar a dedicação laboriosa dos alemães, que provinha da “grande e disciplinada força de vontade” dessas populações<sup>7</sup>, como é representada em edição do curitibano *Diário da Tarde*, fundado e redigido por Estácio Correia, de ascendência portuguesa<sup>8</sup>. Essas relações estabelecidas entre parte da imprensa brasileira com os alemães e seus descendentes demonstram que as dicotomias não são verdadeiras e que não é possível generalizar que todos os luso-brasileiros fossem, necessariamente, “germanóforos”, visto que muitos deles ajudaram a construir a reputação de “bom trabalhador” dos germânicos.

---

<sup>2</sup> ADUCCI, Cássia Chrispiniano. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas Sociais (PUCSP)*, São Paulo, v. 11/12, p. 72-84, 2004, p. 72.

<sup>3</sup> LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984. p. 67.

<sup>4</sup> LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984. p. 68.

<sup>5</sup> CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 146.

<sup>6</sup> NADALIN, Sergio O.; FABRIS, Pamela. A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 7, p. 7-30, jan./jun. 2013. p. 14.

<sup>7</sup> Goethe moribundo (pseudônimo). *Germania. Diário da Tarde*, Curitiba, ano VIII, n. 2145, 4 nov. 1905, p. 1.

<sup>8</sup> PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Estante Paranista, 1976. p. 31.

A definição do que era “ser brasileiro” criada pelos litorâneos<sup>9</sup> pressupunha a exclusão de outros grupos étnicos no Brasil, desde europeus a “não-europeus”. Apesar da representação muitas vezes positivada da figura do colonizador alemão<sup>10</sup>, os descendentes germânicos também eram alvo de preconceito e acusações, sendo apelidados de “boches”<sup>11</sup> pelos descendentes de portugueses, que o viam como germânicos e não como brasileiros, ou mesmo descendentes de alemães. Essa definição feita pelos litorâneos acerca do Outro, demonstra que as “identidades nacionais que tomaram forma nos séculos XIX e XX, não eram geradas apenas nos países de origem, mas também no exterior”<sup>12</sup>, pois era no Novo Mundo que se redefinia a compreensão do que era ser alemão e brasileiro.

### **As relações entre descendentes de portugueses e germânicos na “Bélgica catarinense”**

Em Santa Catarina, um dos estados com os maiores números de imigração alemã do país, a situação era bastante peculiar, pois descendentes de portugueses e germânicos conviviam em várias regiões do estado, inclusive na própria capital, que se destacava pela sua colonização açoriana/portuguesa<sup>13</sup>. O governo catarinense no período também apresentava vários descendentes de alemães, como Lauro Müller e Felipe Schmidt e não apenas a repartição pública tinha muitos descendentes de germânicos, como também o próprio clero que se constituía no estado no momento era em sua maioria alemão<sup>14</sup>. Esse poder gerido por descendentes de alemães incomodava profundamente os litorâneos catarinenses, que a transformaram em uma luta contra o que chamavam de “a germanização no Estado”<sup>15</sup>, uma das suas principais bandeiras desse grupo na Primeira República. A organização das pautas dos luso-brasileiros se deu a partir de uma imprensa

---

<sup>9</sup> Os “litorâneos catarinenses” citados no artigo são as populações advindas de Portugal, Açores e Madeira, que iniciaram a colonização do litoral de Santa Catarina ainda nos séculos XVI e XVII, a maioria se concentrou entre Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) até a região de São Francisco do Sul. Essas populações viviam do comércio, pesca e caça de baleias. Cf. PIAZZA, Walter F. Açorianos e madeirenses no Sul do Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 119-128, 28 dez. 2011.

<sup>10</sup> Acerca do “mito fundador” a partir do colonizador alemão laborioso: FERREIRA, Cristina. Sobre memórias cristalizadas e o mito fundador na personificação da Colônia Alemã Blumenau (1856). In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; CARNEIRO, Deivy (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 692-705.

<sup>11</sup> LIVRE dos alemães!. *O Clarão*, ano VI, n. 258, 8 dez. 1917, p. 2.

<sup>12</sup> LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. p. 133.

<sup>13</sup> A colonização portuguesa, principalmente de açorianos, na Ilha de Santa Catarina foi amplamente descrita e analisada desde os trabalhos de Walter Piazza, como em: PIAZZA, Walter F. Açorianos e madeirenses no Sul do Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 119-128, 28 dez. 2011.

<sup>14</sup> Cf. ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

<sup>15</sup> CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 119.

que contestava toda a influência alemã nos mais diversos âmbitos no Brasil, sob a justificativa de estarem em combate contra o “perigo alemão”<sup>16</sup>.

O contexto de 1910 a 1920 abarca o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que foi recebido de uma forma singular no Brasil. O país entrou na guerra em novembro de 1917 e enviou uma Divisão Naval em Operações de Guerra à Europa em maio de 1918, porém, desde o início de 1917, “a opinião pública nacional se inclinou à adesão às forças da Entente”<sup>17</sup>, ou seja, da França, Rússia e Grã-Bretanha, contra a Império Alemão e Austro-Húngaro. Esse contexto de guerra e, sobretudo, após o torpedeamento de navios brasileiros pelo Império Alemão, serviu para aumentar as animosidades entre luso e teuto-brasileiros<sup>18</sup> no Brasil. A Grande Guerra foi um importante episódio que demarcou a construção de novos nacionalismos no país, que acirrou a rivalidade entre descendentes de portugueses e germânicos. Estes movimentos, ligados a vertentes nacionalistas foram comuns em diversas partes do Brasil no período, normalmente tendo ênfase à “exaltação do povo” brasileiro<sup>19</sup> e com muitas ressalvas aos descendentes de imigrantes alemães.

No período estudado, o único governador de Santa Catarina descendente de alemães era Felipe Schmidt, que governou durante toda a Primeira Guerra, entre 1914 a 1918, sendo um dos principais alvos das críticas dos luso-brasileiros. Porém, germânicos e seus descendentes estavam também em repartições públicas em nível estadual e municipal. Os litorâneos denunciavam que “em Blumenau, esta segunda Verdun, à exceção do Juiz de Direito, o encarregado da Estação telegráfica e do coletor federal, todas as autoridades estaduais e municipais são alemães ou descendentes”<sup>20</sup> e usavam desse discurso para tentar mostrar ao público leitor um suposto domínio dos alemães<sup>21</sup> sobre as instituições públicas no sul do Brasil. O tom sarcástico ao chamar Blumenau de “segunda Verdun” refere-se à Batalha de Verdun, ocorrida em 1916, em que os alemães tomaram a cidade de Verdun, na França, próxima à divisa com o Império

---

<sup>16</sup> A teoria de “Perigo alemão”, difundida por Sílvio Romero, afirmava a possibilidade do sul do Brasil ser totalmente dominado por alemães. Esse tema foi amplamente trabalhada em: GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

<sup>17</sup> FAGUNDES, Luciana. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. p. 1; 3.

<sup>18</sup> Os termos hifenizados de “lusó” e “teuto”-brasileiros devem ser problematizados como parte da criação de uma identidade nacional, definida a partir da figura do Outro. As referências feitas a esses grupos parte da compreensão de que a maioria das personagens eram descendentes de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Cabe, entretanto, ressaltar que “uma identidade nacional única ou estática jamais existiu: a própria fluidez do conceito fez com que ele se abrisse a pressões vindas tanto de baixo quanto de cima” (LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p. 20).

<sup>19</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008, p. 255.

<sup>20</sup> NÃO ha perigo alemão?. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 1.

<sup>21</sup> Cf. CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 102-134.

Alemão<sup>22</sup>, o que denotava também um “intercâmbio”<sup>23</sup> de notícias e ideias entre a Europa e a América. A imprensa teve grande importância nesse período nas denúncias políticas engendradas pelos grupos contra e em prol do governo, pois registravam “cada lance dos embates na arena do poder”<sup>24</sup>, destacando também as questões nacionais ligadas à diversidade étnica e cultural do Brasil.

O governador do estado, Felipe Schmidt, entretanto, mesmo sendo descendente de alemães, demonstrava uma visão bastante similar à dos luso-brasileiros em algumas questões. Em seu discurso, o governador afirmava que “o Estado não pode abrir mão do ensino primário na língua nacional, nem do ensino cívico, que incute no espírito das crianças o sentimento da nacionalidade” e criticava as escolas ligadas ao clero estrangeiro, pois acreditava que “ninguém nos garante que o ensino seja assim ministrado em escolas onde não existe e não pode existir essa preocupação patriótica no preparo cívico das gerações de amanhã que só pode ser muito nossa, muito brasileira”<sup>25</sup>. A preocupação com o ensino em português para despertar o “sentimento da nacionalidade” demonstra a necessidade de tentar a “implementação de normas para se nacionalizar o povo do Estado”<sup>26</sup>, que se iniciou no governo catarinense de Vidal Ramos (1910-1914), anterior ao de Felipe Schmidt. Esse processo estava diretamente relacionado à construção de um nacionalismo ligado à “simbologia republicana”<sup>27</sup>, que se baseava no uso da língua portuguesa em todos os âmbitos e o culto à bandeira e hino nacional.

O governo do presidente Venceslau Brás (1914-1918) apresentava uma defesa aos descendentes de alemães no contexto da Primeira Guerra, em que os ânimos dos luso-brasileiros se exaltavam contra os germânicos. Em comunicado que circulou pela imprensa de vários estados, o presidente solicitava aos “brasileiros” que respeitassem “as pessoas e os bens dos alemães; só ao governo incumbe punir aqueles que tentarem contra a defesa nacional”<sup>28</sup>. Isso denotava a preocupação do Governo Federal em assegurar aos teuto-brasileiros seus direitos e amenizar as “desavenças políticas, culturais e econômicas”<sup>29</sup> existentes entre os descendentes de alemães e de portugueses. O título de seu comunicado, “Apelo do governo a todos os

---

<sup>22</sup> Cf. SKRZATEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 280-291, jul./dez. 2014.

<sup>23</sup> POLETO, Caroline. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). *Oficina do historiador*, Porto Alegre, supl. esp., p. 128-146, mai. 2014, p. 132.

<sup>24</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128.

<sup>25</sup> SCHMIDT, Felipe. *Mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo*, 14 ago. 1916. p. 32.

<sup>26</sup> MORAES, Marcos J. de. Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis: APEC, p. 9.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 109.

<sup>28</sup> BRÁS, Venceslau. Apelo do governo a todos os brasileiros. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 4.

<sup>29</sup> FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 106.

brasileiros”, demarca em seu discurso as diferenças entre teuto e luso-brasileiros, considerando que os descendentes de portugueses eram brasileiros e os de ascendência alemã não, o que denotava a exclusão dos imigrantes alemães e seus descendentes como cidadãos brasileiros.

No âmbito da Igreja Católica, os conflitos entre litorâneos e germânicos também era acirrado devido à grande presença de “padres alemães”<sup>30</sup> em Santa Catarina. A Liga de Defesa Nacional<sup>31</sup> denunciava que Francisco Topp, em 1918, teria dado “autorização plena de pregar em alemão”<sup>32</sup> ao padre José Sundrup<sup>33</sup>. Porém, em retratação, o padre Topp escreve que na referida carta a Sundrup não deu tal autorização e “apenas consentiu que, se o permitissem as circunstâncias, e parecesse necessário, para os que não entendessem a língua vernácula, se fizesse uma ‘explicação’, em língua alemã”<sup>34</sup>, mas que nunca fizesse missas em alemão. Em 1917, alguns meses antes, o próprio Pe. Sundrup havia escrito ao bispo queixando-se que “acusam-me de ser ‘alemão’, que não cuidava dos brasileiros. Sou católico igual para todos, e nunca me ocupei com a política”<sup>35</sup> e nesta carta afirmava que não executava mais missas e sermões em alemão. Entretanto, as práticas do Pe. José Sundrup continuaram, até que “no dia 4 de abril de 1918, Dom Joaquim”<sup>36</sup> baniu de vez Sundrup” das paróquias, e então “baixou a norma determinando que ‘fica proibido nas paróquias, nos atos do culto público, o emprego da língua alemã, quaisquer que sejam as razões ou pretextos que se possa alegar’”<sup>37</sup>. Assim, o bispo D. Joaquim, litorâneo e português, frisava “a necessidade do uso da língua portuguesa”<sup>38</sup> entre os párocos, pois era a língua uma das principais bases das “concepções de

---

<sup>30</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 1.

<sup>31</sup> Liga de Defesa Nacional... “Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, ainda hoje em vigor, é “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”” Cf. VERBETE DO CPDOC <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>>

<sup>32</sup> TOPP, Francisco. A Liga de Defesa Nacional. *O Estado*, Florianópolis, n. 871, 3 abr. 1918.

<sup>33</sup> Pe. José Sundrup nasceu em Greven, Alemanha, em 9 de julho de 1871 e foi ordenado presbítero da diocese de Münster em 3 de abril de 1897. Tomado pelo ardor missionário, a convite de Pe. Francisco Xavier Topp chegou a Florianópolis em setembro de 1899. Após breve passagem por Curitiba, seu primeiro campo de apostolado foi a paróquia São Luís Gonzaga de Brusque. Foi pároco em Joinville entre 1905 a 1917. (Cf. PIAZZA, Walter F. *A Igreja em Santa Catarina: notas para sua História*. Florianópolis: IOESC, 1977).

<sup>34</sup> TOPP, Francisco. A Liga de Defesa Nacional. *O Estado*, Florianópolis, n. 871, 3 abr. 1918.

<sup>35</sup> Carta do padre José Sundrup a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1917 apud ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 117.

<sup>36</sup> Na época, o supracitado Dom Joaquim Domingues de Oliveira era Bispo da Diocese de Florianópolis.

<sup>37</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 118

<sup>38</sup> CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 55.

nacionalidade” brasileira<sup>39</sup>, que demarcavam um pertencimento ou não ao Brasil. A Liga de Defesa Nacional, nesse caso, atuava como um grupo de pressão, que estabelecia “relações de força”<sup>40</sup> com os governantes e o próprio clero, que resultou na expulsão de Sundrup.

Os conflitos entre o bispo português D. Joaquim e o padre alemão José Sundrup continuaram através de correspondências. Após a sua expulsão, Sundrup parou de exercer o cargo de pároco e se deslocou para a paróquia de Teresópolis, exercendo apenas auxílios ao pároco e logo partiu em uma viagem ao longo do Rio Itajaí, “por uma distância de 70 quilômetros”<sup>41</sup>. No início do ano de 1918, Sundrup voltou a ser pároco, o que frustra muitas autoridades estaduais e municipais, que encaminham vários telegramas a D. Joaquim, em que declaravam ter “observado indignação [do] elemento nacional pela volta às funções paroquiais [do] padre alemão José Sundrup” e solicitavam uma posição do bispo sobre “o estado de exaltação deles”<sup>42</sup>, ou seja, dos luso-brasileiros. Essa queixa dos luso-brasileiros e das autoridades ligadas a estes demonstra a relação dos litorâneos do sul do Brasil com os debates engendrados pela Liga de Defesa Nacional a nível nacional.

O movimento nacionalista se posicionava contrário também à maciça presença de descendentes germânicos no governo estadual e municipal. Essas críticas se mostraram ainda maiores após um jornal teuto-brasileiro propor a “ideia de os alemães serem deputados e senadores federais”, os luso-brasileiros questionaram “até quando o Brasil será Brasil?”<sup>43</sup>. A denúncia desses grupos ao jornal teuto-brasileiro se inseria dentro do contexto de animosidade aos alemães que estava presente no período da Primeira Guerra, em que aconteceu uma espécie de “onda ‘germanófila’ da década de 1910”<sup>44</sup> verificada em todo o Brasil, porém, com maior ênfase no sul do país, pois se temia que “o ‘germanismo’ existente entre a população teuta e seus descendentes acabasse por criar nesse recanto, um Estado alemão dentro do Estado brasileiro”<sup>45</sup>.

Os litorâneos criticavam também o uso da língua alemã em escolas privadas e públicas, que possuíam professores teuto-brasileiros. Os luso-brasileiros reclamavam em seus jornais que “o governo da

---

<sup>39</sup> FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 115.

<sup>40</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 25.

<sup>41</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 120.

<sup>42</sup> Carta de Euclides Moura a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, 1918 apud ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 117.

<sup>43</sup> QUANDO dizemos que... *O Clarão*, Florianópolis, ano II, n. 81, 22 mar. 1913, p. 2.

<sup>44</sup> RUDY, Antonio Cleber. *Os silêncios da escrita: a historiografia em Santa Catarina e as experiências libertárias*. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. p. 141.

<sup>45</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 110.

União proíbe o ensino do idioma alemão nas escolas dos estados”, porém, “o governador deste estado, filho do colono alemão, teimoso como o seu *kaiser*, em considerar este nosso território como uma possessão já conquistada, conserva as escolas do ensino alemão pagas pelos cofres desta Bélgica catarinense”<sup>46</sup>. A denominação de Florianópolis enquanto “Bélgica catarinense” novamente está ligada aos acontecimentos da Primeira Guerra, pois foi a Bélgica, especificamente a cidade de Liège, o primeiro país a ser invadido pelo Império Alemão durante a Primeira Guerra<sup>47</sup>, o que denota o medo do “perigo alemão”<sup>48</sup> que esses litorâneos tinham. Portanto, a denúncia, que fazia referência ao governador Felipe Schmidt, criticava o uso da língua alemã e, em consonância com os debates no centro do país a partir da Liga de Defesa Nacional, exigia o “ensino em língua nacional”<sup>49</sup>.

O medo quanto ao ensino da língua alemã nas escolas de Florianópolis era recorrente na imprensa litorânea. Essas se apoiavam nas “ordens do governo da União”<sup>50</sup> que, segundo os jornais, não permitia o ensino em alemão. Além disso, citavam que “já por duas vezes, a maioria das patrióticas alunas brasileiras, solicitaram por escrito e verbalmente, a supressão de tal idioma!” e que nas provas da Escola Normal de Florianópolis “foram APROVADAS todas as alunas que não quiseram aprender o idioma alemão!”<sup>51</sup>. Esse discurso buscava legitimar essas estudantes não apenas enquanto brasileiras, mas também como excelentes alunas por terem sido aprovadas em todos os exames, o que se mostra como uma defesa dessa imprensa à ideia germânica de “superioridade do sangue alemão ou ariano”<sup>52</sup> em relação às demais etnias. Os litorâneos, portanto, enfrentavam “a resistência [...] dos diretores de escolas protestantes e católicas ao uso da língua nacional em seus programas de ensino”<sup>53</sup>, que desejavam “a preservação dos costumes alemães em território brasileiro”<sup>54</sup>. A repetição desses casos de ensino da língua alemã demarcava que “o nascimento de

---

<sup>46</sup> COMO abraçar-se o Brasil?. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 263, 12 jan. 1918, p. 2.

<sup>47</sup> Cf. SKRZATEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 280-291, jul./dez. 2014.

<sup>48</sup> FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 114.

<sup>49</sup> CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 156.

<sup>50</sup> O ALEMÃO na escola normal. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 4.

<sup>51</sup> O ALEMÃO na escola normal. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 4.

<sup>52</sup> SEYFERTH apud FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 110.

<sup>53</sup> CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. 167.

<sup>54</sup> FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 115.



uma publicação é sinal de estruturação de uma corrente de opinião”<sup>55</sup>, ligada ao medo de uma germanização” de Florianópolis.

Os catarinenses de ascendência portuguesa também viam as eleições como uma forma de tirar os de origem germânica de postos políticos privilegiados. Por isso, os luso-brasileiros destacavam que estavam “nas proximidades das nomeações (digo: das eleições) para o Parlamento da Nação Brasileira” e que deviam aproveitar “esta tão propícia ocasião para brasileirar o Brasil. Do eleitorado verdadeiramente brasileiro, esperamos que assim proceda, dando seu patriótico voto àqueles que não sejam filhos de alemães”<sup>56</sup>. Além disso, o periódico ainda citava os nomes dos candidatos germânicos, sendo estes, “os Regis, os Bayma, os Pereira e Oliveira, os Schmidt, os Aducci e os Eugenio Muller”<sup>57</sup>, em que inclui o próprio governador do período, Felipe Schmidt. Os litorâneos, portanto, fazem um apelo ao “patriotismo” dos eleitores brasileiros, fator que demonstra a tentativa de “influência da mídia”<sup>58</sup> sobre o seu público leitor para que estes elessem apenas candidatos luso-brasileiros, que geravam uma espécie de divisão entre “classes de ‘brasileiros’ e classes de ‘alemães’”<sup>59</sup>, que possuíam relações conflituosas.

De forma similar, os litorâneos denunciavam agressões e crimes que ocorriam entre luso e teuto-brasileiros. Em plena Primeira Guerra, noticiaram que “a mulher de von Gustavo Westphal, subdelegado de polícia invadiu com as filhas a casa de C. Schütz e deram bastante pancadas na senhora” e não apenas criticaram a atitude, como também denunciaram que o próprio governo dava liberdade aos germânicos para que “invadam casas e deem bordoadas de rachar numa senhora casada que, embora tenha sobrenome alemão, é sem dúvida brasileira”<sup>60</sup>. Essa situação que denota ter a senhora um sobrenome alemão, mas ser brasileira, demonstrava a possibilidade de descendentes de alemães serem considerados como brasileiros, normalmente por usarem a língua nacional, que permitia “sua inclusão na categoria ‘brasileiro’”<sup>61</sup> junto aos litorâneos. Assim, não se pode “imaginar uma generalização”<sup>62</sup> de que todos os descendentes de alemães eram veemente criticados, havia exceções e alguns eram considerados legitimamente brasileiros pelos

---

<sup>55</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 349.

<sup>56</sup> ALERTA, brasileiros!. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 263, 12 jan. 1918, p. 3.

<sup>57</sup> ALERTA, brasileiros!. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 263, 12 jan. 1918, p. 3.

<sup>58</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 215.

<sup>59</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 113.

<sup>60</sup> RAMOS, Aureliano de O. Fatos e coisas de Taquaras. *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 261, 29 dez. 1917, p. 3.

<sup>61</sup> FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 115.

<sup>62</sup> LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014, p. 1.

descendentes de portugueses, que colocavam as autoridades teuto-brasileiras como inimigos maiores que a população em geral.

Os catarinenses de origem luso-brasileira diferenciavam o clero brasileiro e o estrangeiro. Para eles, faltava em Florianópolis um clero verdadeiramente nacional, “cuja alma palpita com a nossa”<sup>63</sup>. Por isso, destacam que “em todo o país os bispos e os sacerdotes brasileiros ora pela palavra do púlpito, ora por pastores e bem fundados artigos pela imprensa, tem cogitado dos interesses da Pátria”, enquanto que em Florianópolis, as igrejas estariam “infestadas de padres e frades alemães, desses homens que dizem – que a pátria deles é o mundo todo – mas que nas suas práticas só sabem renderem preitos de homenagens ao kaiser”<sup>64</sup>. Assim, ao falar do clero nacional, os catarinenses buscavam o restante do país, que possuía um maior número de sacerdotes brasileiros, ao contrário do que acontecia em Santa Catarina que recebeu muitos clérigos estrangeiros, vindos com as populações de imigrantes da Europa<sup>65</sup>.

Os padres eram vistos como um dos principais responsáveis pelo “fanatismo” espalhado “em benefício da Alemanha”<sup>66</sup>. Essa visão tinha ligação direta com o fato de que o sacerdote tinha a função de ser “ao mesmo tempo pastor espiritual e um líder comunitário”<sup>67</sup> que, portanto, guiava os fiéis com seus sermões. Para os descendentes de portugueses era importante destacar que o clero estrangeiro era quem cavava “a desgraça do Brasil”, enquanto que eles, os litorâneos, eram “patriotas”<sup>68</sup> e defensores do povo brasileiro. Assim, eles usavam o outro para se definir, pois tudo que o clero alemão era, eles não poderiam ser. Os litorâneos compreendiam que “as forças religiosas intervêm”<sup>69</sup> também nos âmbitos políticos e culturais, não ficando isolados no campo religioso e, por isso, tinham poder sobre uma possível expansão do “germanismo” em território florianopolitano.

Os luso-brasileiros tratavam de forma diferente os sacerdotes brasileiros e os estrangeiros. Para eles, enquanto “os bispos Brasileiros procuram regularizar e harmonizar a igreja com as leis do País, os frades estrangeiros publicamente mostram-se adeptos do ato moral, mas às escondidas, lá num recanto da sacristia, efetuam a mancebia religiosa”<sup>70</sup>. Essas críticas aconteceram após um frade alemão realizar “um casamento

---

<sup>63</sup> BRASIL, Francisco de Salles. *Conferência do Coronel Salles Brasil no Teatro Álvares de Carvalho*, set. 1916.

<sup>64</sup> UM BRASILEIRO. Sempre o cinismo! *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

<sup>65</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 31.

<sup>66</sup> PENSÁVAMOS que a... *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 280, 11 maio 1918, p. 1.

<sup>67</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 31.

<sup>68</sup> PENSÁVAMOS que a... *O Clarão*, Florianópolis, ano VI, n. 280, 11 maio 1918, p. 1.

<sup>69</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 340.

<sup>70</sup> UM BRASILEIRO. Sempre o cinismo! *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

religioso, sem importar-se se a este tinha precedido o civil”<sup>71</sup>, enquanto que o sistema republicano estabelecia a realização do casamento civil<sup>72</sup>. Portanto, os “símbolos nacionais”<sup>73</sup> perpassavam também pela simbologia republicana e, para ser considerado como elemento brasileiro, era importante seguir os ideais republicanos do liberalismo oligárquico<sup>74</sup>, que despertavam “em Santa Catarina manifestações de brasilidade”<sup>75</sup>.

Os litorâneos também denunciavam a arregimentação de jovens alemães pelo clero estrangeiro. Neste sentido, relatavam que o padre Topp e Sundrup “andaram n’esta Capital pelas oficinas e padarias, onde meninos brasileiros, porém de origem alemã, acham-se empregados, desencaminhando-os do cumprimento de seus deveres para frequentarem a igreja e o ‘confessionário’”<sup>76</sup>. Portanto, os luso-brasileiros possuíam medo do poder do clero estrangeiro junto aos descendentes de alemães, que tinham um conjunto de “expressões culturais próprias”<sup>77</sup> ligados à língua e cultura germânica. As particularidades de Santa Catarina, devido ao “significativo número de germanos na composição da população assistida por um clero estrangeiro”<sup>78</sup> resultou na incrementação de atitudes germanóforas entre as populações locais.

Os conflitos culturais engendrados por luso-brasileiros e germânicos ocorreram por causa das práticas do clero estrangeiro em Florianópolis, que demonstravam indisposição “com relação ao ensino da língua vernácula nas escolas paroquiais; [...] a visão de mundo e de homem etnocêntrica apreendida pela maioria deles; o cultivo da língua materna, inclusive durante os sermões religiosos”<sup>79</sup>. Essas práticas serviram de base para os conflitos, não apenas culturais, mas também políticos, relacionados às diferenças étnicas entre luso-brasileiros e germânicos, que pode ser visto durante todo o período da Primeira Guerra, com maior ênfase entre 1916 a 1918. Esses conflitos étnicos aconteceram principalmente pela formação de

---

<sup>71</sup> UM BRASILEIRO. Sempre o cinismo! *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

<sup>72</sup> Cf. SANTOS, Ana Gabriela da S. O casamento na implantação do Registro Civil brasileiro (1874-1916). In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, 1., 2016, Juiz de Fora, *Anais...*, Juiz de Fora: UFJF, p. 1-23.

<sup>73</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 109.

<sup>74</sup> Cf. RESENDE, Maria E. Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89-120. (O Brasil republicano, v. 1).

<sup>75</sup> MORAES, Marcos J. de. Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis: APEC, p. 10.

<sup>76</sup> OS FILHOS de Loyola... *O Clarão*, Florianópolis, p. 4, 13 jun. 1914.

<sup>77</sup> COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 336.

<sup>78</sup> CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. p. II.

<sup>79</sup> ALVES, Elza Daufenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 113.

um novo clero, alemão e diretamente ligado às práticas romanizadas, em Santa Catarina. Assim, a imprensa catarinense defendia que “o clero regular, formado por nacionais, estava muito mais afinado com o conteúdo devocional do povo” e, portanto, aos sacerdotes alemães cabia uma tentativa de “manipulação” desse imaginário popular<sup>80</sup> para conquistar os fiéis luso-brasileiros. A longevidade de alguns desses párocos, como o D. Becker, em posições de prestígio no clero nacional demonstram a eficiência da romanização no país a partir de figuras de origem germânica.

## **Considerações finais**

O limiar da República foi marcado por continuidades e rupturas, que se apresentaram nas mais diversas formas, como nos vários conflitos étnicos ocorridos no sul e sudeste do país, que serviram para questionar e propor mudanças à sociedade brasileira. Os descendentes de portugueses acreditavam ser mais “brasileiros” do que os de ascendência alemã que, por sua vez, viam na Alemanha, cada vez mais forte antes da Primeira Guerra Mundial, uma “segunda pátria” ou, em alguns, sua pátria-mãe. A resistência de muitos descendentes de alemães em se relacionar de maneira harmoniosa com os demais brasileiros era outro fator que dificultava a sua aceitação em regiões com grande presença de colonização portuguesa, como Florianópolis.

A sociedade da região de Florianópolis, portanto, nutria um grande medo do “perigo alemão”, que diziam existir em decorrência da presença germânica em alta escala no clero e na política de Santa Catarina. O clero alemão trouxe consigo diversas práticas romanizadas que mudaram a forma de “ver o padre” na região, o que não agradava os litorâneos. A presença alemã em Florianópolis levou os luso-brasileiros a chamarem a cidade de “Bélgica catarinense”, em referência à Bélgica ser o primeiro país invadido pelo Império Alemão na Primeira Guerra.

Por fim, nem só de oposições viviam os descendentes de portugueses e germânicos, que construíam relações de força e reinterpretavam a realidade conforme as suas concepções do que era “ser brasileiro”. Alguns órgãos republicanos do sul do Brasil ainda destacavam a importância dos imigrantes alemães na construção do país e suas narrativas apontavam para a ideia de que o povo alemão seria mais “trabalhador” do que os locais. Essa perspectiva, apontada principalmente nos jornais, demonstra a necessidade de evitar as falsas dicotomias que analisam apenas os pontos de conflitos entre os descendentes de alemães e portugueses, sem compreender as convergências e os discursos emitidos por parte dos jornais que viam com bons olhos a imigração alemã.

---

<sup>80</sup> SERPA, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 42.

## Referências

### Fontes

#### **a) Imprensa (Acervos: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; Hemeroteca da Biblioteca Nacional)**

O Clarão, Florianópolis, 1911-1919.

O Diário da Tarde, Curitiba, 1910-1916.

O Estado, Florianópolis, 1910-1920.

#### **b) Discursos/pronunciamentos (Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)**

BRASIL, Francisco de Salles. Conferência do Coronel Salles Brasil no Teatro Álvares de Carvalho, set. 1916.

SCHMIDT, Felipe. Mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo, 14 ago. 1916.

### Bibliografia

ADUCCI, Cássia Chrispiniano. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas Sociais (PUCSP)*, São Paulo, v. 11/12, p. 72-84, 2004

ALVES, Elza Dautenbach. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A expansão da Igreja em Santa Catarina: a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. 439 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FAGUNDES, Luciana. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Cristina. Sobre memórias cristalizadas e o mito fundador na personificação da Colônia Alemã Blumenau (1856). In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Ines; CARNEIRO, Deivy (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 692-705.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

\_\_\_\_\_. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014.

LEVI-MOREIRA, Silvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 67-74, 1984.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES, Marcos J. de. Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5., 2011, Florianópolis, *Anais...*, Florianópolis: APEC.

NADALIN, Sergio O.; FABRIS, Pamela. A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 7, p. 7-30, jan./jun. 2013.

PIAZZA, Walter F. Açorianos e madeirenses no Sul do Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, p. 119-128, 28 dez. 2011.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Estante Paranista, 1976.

POLETTI, Caroline. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). *Oficina do historiador*, Porto Alegre, supl. esp., p. 128-146, mai. 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RUDY, Antonio Cleber. *Os silêncios da escrita: a historiografia em Santa Catarina e as experiências libertárias*. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SERPA, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SKRZATEK, Wojciech. De Marne 1914 a Marne 1918: as grandes batalhas da Primeira Guerra Mundial. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 2, p. 280-291, jul./dez. 2014.

Recebido em 20/07/22 aceito para publicação em 13/10/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021